



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DO MEIO AMBIENTE DO
ESTADO DE SÃO PAULO
Conselho Consultivo SIGAP

6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CC SIGAP

Data	14 de janeiro de 2021
Horário	09h30 às 12h00
Local	Videoconferência Plataforma Teams

PRESENCAS
Eduardo Trani – Subsecretário de Estado de Meio Ambiente
Cristina Maria do Amaral Azevedo
Sérgio Luis Marçon
Rodrigo Levkovicz
Alexsander Zamorano Antunes
Adriano Pinter dos Santos
Isabel Fonseca Barcellos
Representantes da Comunidade Científica
Ricardo Ribeiro Rodrigues
Marcelo Gomes Sodré
Carlos Alfredo Joly
Representantes da Sociedade Civil
Ítalo Pompeo Mazzarella
Fernando Pieroni
Márcia Hirota
Eduardo Humberto Ditt
Maria Cecília Wey de Brito
Secretaria Executiva
Virginia Dorazio
CONVIDADOS
Lucia Sena
Roberta Buendia Sabbag
Rafaela Di Fonzo Oliveira
Camila Sanches
Camila Modesto
Alessandro Ranulfo Lima Nery

PAUTA

09h30 – Início da Reunião

1. Abertura - Informes
 - a. Aprovação da Pauta
 - b. Aprovação das atas: 18ª Ordinária, 4ª extraordinária, 5ª extraordinária;
 - c. Aprovação da Minuta do Relatório 2020;
2. Apresentação “Concessão de Uso de Bem Público” para fins de exploração econômica de atividades de ecoturismo e visita de áreas localizadas no Parque Estadual Cantareira (PEC) e do Parque Estadual Alberto Löfgren



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DO MEIO AMBIENTE DO
ESTADO DE SÃO PAULO
Conselho Consultivo SIGAP

(PEAL), bem como de serviços correlatos de suporte – **Roberta Buendia Sabbagh**– Assessoria Técnica de Gabinete;

3. Debates e encaminhamentos;

12h00 - Encerramento

- Gravação Integral da Reunião:

<https://1drv.ms/v/s!AoornhTyp6Qcit0kR3Ytxp3TiuHHVA?e=chtkcU>

- **Buckeridge** inicia a reunião solicitando aos conselheiros a aprovação da Pauta da 6ª Reunião Extraordinária.

- **Ítalo** solicita a inclusão do tema na pauta sobre a invasão dos índios guaranis na área do Mosaico da Jureia.

Gravação de 00:00:04 a 00:01:21

- **Buckeridge** pergunta se todos estão de acordo a pauta pode ser aprovada. Na sequência a pauta aprovada pelos Conselheiros, com a inclusão do tema solicitado pelo Ítalo.

Gravação de 00:01:21 a 00:01:42

- **Kitty** pede para fazer um informe. Explica que o Buckeridge está coordenando a reunião, pois com o Ato do Governador ela foi substituída pela Isabel Barcelos, da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, e a Rachel pela Maria Cecilia Wey de Brito, a Ciça. Esclarece que solicitou sua substituição para poder se dedicar mais intensamente ao Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de São Paulo, que será concluído esse ano. E que a Rachel solicitou substituição pois assumiu posição internacional na Desse modo, apoiará o Buckeridge durante a condução da reunião hoje, mas que não é mais membro deste Conselho. Agradece a todos pelo companheirismo, dedicação e aprendizados.

– **Buckeridge** coloca para aprovação minuta da ata da 18ª reunião Ordinária. Como não houve sugestões a ata foi considerada aprovada pelo Conselho.

Gravação de 00:01:42 a 00:02:25

- **Buckeridge** coloca para aprovação a minuta da ata da 4ª reunião extraordinária. Kitty lembra que recebemos sugestões do conselheiro Joly para alteração na ata. Eduardo Ditt diz que enviará as sugestões sobre a ata por e-mail. Aprovada com as alterações do Joly e Ditt.

Gravação de 00:02:25 a 00:03:13

- **Buckeridge** coloca para aprovação a minuta da ata da 5ª reunião extraordinária. Como ninguém se pronunciou foi considerada aprovada. Kitty ressalta que com estas aprovações, não há pendências quanto ao registro das reuniões realizadas pelo Conselho em 2020.

Gravação de 00:03:28 a 00:04:26

- **Kitty** pergunta a todos se tiveram a oportunidade de ler o Relatório do CCSIGAP 2020 e faz uma apresentação resumida do referido relatório.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DO MEIO AMBIENTE DO
ESTADO DE SÃO PAULO
Conselho Consultivo SIGAP

Gravação de 00:04:27 a 00:11:45

- **Fernando** expõe uma dúvida para sugestão de temas para entender que os temas colocados são orientativos.
- **Kitty** esclarece que o Conselho pode recorrer aos temas sugeridos no relatório como um registro dos temas indicados para serem aprofundados, mas nada impede que outros temas sejam indicados ou priorizados.
- **Ricardo Rodrigues** sugere aprimorar o item espécie de exóticas invasoras, entende que está falando sobre controle de espécie exóticas invasoras, somente para deixar mais claro, e no item de estratégias para ampliação de áreas protegidas, poderíamos colocar regiões com déficit de Unidade de Conservação, e no último item, implementação de PRA e PRADA.
- **Buckeridge** coloca para aprovação o Relatório, incluindo as sugestões do Ricardo, se todos estiverem de acordo. Como não houve mais nenhuma sugestão, o Relatório CCSIGAO 2020 foi considerado aprovado. Virginia informou que o mesmo será disponibilizado no site do Conselho, juntamente com as atas.

Gravação de 00:11:45 a 00:15:03

- **Trani** cumprimenta todos os Conselheiros e cita que o Conselho do SIGAP tem um espaço privilegiado de altíssimo nível o que só confirma o relatório que acabaram de aprovar. Inúmeras contribuições em um ano com 9 reuniões com temas muito importantes. Elogia o trabalho da Kitty e agradece de forma extremamente colegiada. A dedicação que deu ao CCSIGAP e que já fazia no passado em relação a biodiversidade, uma especialista, colega e amiga, conhecedora e especialista em espécie exóticas, enfim uma grande parceira. Contou que a Kitty vinha solicitando desde o ano passado, por força de uma agenda que ela está responsável na CPLA e tem tido uma pressão de trabalho muito grande. Tivemos também o desligamento da Rachel Biderman por conta de ter alterado seu contrato de trabalho com a WRI e ter hoje outras funções e nos solicitou o desligamento por incompatibilidade de agenda. Apresenta a nova Conselheira Isabel Barcellos que trabalha na CFB, e depois faz a apresentação da Conselheira Maria Cecília Wey de Brito, Cica, que dispensa falar sobre o seu currículo, representando o setor da sociedade civil a Ekos. Informa que a pauta vai ser conduzida pelo Vice-Presidente Marcos Buckeridge.

Gravação de 00:15:03 a 00:22:30

- **Cica:** Cumprimenta os Conselheiros diz que é um enorme prazer voltar ter a proximidade ao sistema ambiental paulista. Nos últimos anos não acompanhou tão de perto o que estava acontecendo. Como Instituto Ekos entre 2016 e 2017 teve uma colaboração com a fundação Florestal que infelizmente não pode chegar ao seu final em razão da gestão atuante.

Gravação de 00:22:31 a 00:25:52

- **Isabel:** Cumprimenta os Conselheiros e agradece a oportunidade de dar uma renovada, que certamente será uma oportunidade de mudança de atividade dentro do sistema e que trabalha no Sistema desde 1989. Se apresenta ao Conselho falando do seu currículo.

Gravação de 00:25:53 a 00:28:13

- **Trani** – Agradece a fala das novas Conselheiras e menciona a presença da Roberta Buendia, Assessora do Gabinete e a Dra. Lucia Sena, Assessora Executiva do Gabinete da SIMA. Comenta as pautas sugeridas no Relatório 2020.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DO MEIO AMBIENTE DO
ESTADO DE SÃO PAULO
Conselho Consultivo SIGAP

Gravação de 00:28:13 a 00:41:29

- Buckeridge: Informa que a eleição da presidência do CCSIGAP ficará para a próxima reunião ordinária. Cumprimenta as novas Conselheiras

Gravação de 00:41:49 a 00:42:05

- Período da apresentação/exposição sobre Projeto de Concessão:

Gravação de 00:47:48 a 01:16:34

Debates

- **Buckeridge:** Pergunta sobre a questão do transporte se foi pensado. Precisaria ser discutido um sistema de transporte para levar as pessoas até lá, principalmente pessoas de menor renda.

Gravação de 01:17:46 a 01:18:13

- **Roberta:** É uma conversa que deverá ocorrer com a Prefeitura de São Paulo

Gravação de 01:18:35 a 01:19:13

- **Buckeridge:** Fez uma sugestão (estão discutindo na USP de retornar os ônibus a hidrogênio), talvez fosse interessante fazer um contrato ou um acordo com a Prefeitura com o estado, ou talvez com a USP para que tivéssemos um transporte totalmente limpo. Uma conexão com o parque e transporte totalmente limpo.

Gravação de 01:19:14 a 01:19:50

- **Roberta:** Informa que o transporte interno dentro do parque tem a exigência que ele seja limpo e que tenha potência para subir até a Pedra Grande

Gravação de 01:19:50 a 01:20:16

- **Ciça:** 1ª Isenções – Definir quem é o entorno, qual o espaço que está sendo considerado para isso e como imaginam uma atualização constantemente, porque é um processo super dinâmico.

2ª Uma demanda feita para as concessionárias: informações de interpretação, principalmente o que está previsto para o arboreto, que aí cabe um tipo de informação específica, não apenas informações a biodiversidade, cuidados, mas talvez outras informações de caráter mais geral sobre lixo, dados sobre espécies exóticas, dados que fossem importantes trazer para a comunidade de maneira mais sistemática, repetitiva para que as pessoas comecem a ter um pouco mais de consciência.

Gravação de 01:20:29 a 01:22:38

- **Roberta:** Em relação a questão do entorno estão usando o mesmo padrão que a Fundação Florestal já utiliza que seria 2 km de distância em relação a entrada e a renda em até 2.5 mil por mês da família (vai reforçar a leitura na documentação quando a esse item). Com relação as informações e interpretações como educação, a importância do parque são pontos que temos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DO MEIO AMBIENTE DO
ESTADO DE SÃO PAULO
Conselho Consultivo SIGAP

reforçado na documentação e resíduos porque dentro da própria lei trás a questão de resíduos de maneira muito forte e também a questão da água, até pelo histórico da Cantareira.

Gravação de 01:22:41 a 01:23:59

- **Fernando Pieroni:** Nesse projeto em particular existe uma mudança importante de abordagem com relação ao projeto anterior que tinha algumas tensões que se tentou resolver, especialmente a questão da integração. Gostaria de colocar este projeto um pouco mais em perspectiva e lembrar desde a primeira iniciativa de 2017 quando se começou no primeiro projeto de Campos do Jordão, o que vemos é uma evolução muito grande do estado de São Paulo, desde a capacidade do processo de contratação dos consultores que aprimorou e trouxe consultores de maior calibre para ajudar a integração com a Secretaria de Governo para apoio na coordenação. Outro ponto que é o processo dialógico, vemos os primeiros editais e os de agora a evolução de forma brutal de como tem sido trabalhada, e isso acaba refletindo no amadurecimento dos editais. Vemos desde a questão da liberdade tarifária, a questão da política de gratuidade, a inclusão do Museu Florestal, a questão da simplificação dos indicadores de desempenho, uma evolução desde o primeiro contrato. Sugere em uma das pautas com o Rodrigo puxando outros tipos de modalidade, de parcerias que complementam esses modelos de concessão. Tratando nesse conselho projeto a projeto é o papel do SIGAP de entender e perguntar para aprimorar cada projeto, mas não sabemos se temos conseguido capturar o quanto o estado tem evoluído no seu amadurecimento no programa como um todo. Sugere que num momento oportuno que se apresente essas lições aprendidas, os conflitos que foram resolvidos. Acredita que o estado de São Paulo tem puxado a fronteira do amadurecimento desses contratos, certamente os próprios contratos vão identificar lacunas desse contrato que estamos discutindo, é um processo de aprimoramento contínuo. A equipe poderia trazer o conteúdo cênico do amadurecimento do programa de parcerias

Gravação de 01:24:29 a 01:29:23

- **Roberta:** o Fernando e o Semeia são parceiros muito importantes nesses programas de concessões desde o primeiro programa. Estamos tentando evoluir. Seria interessante que o Conselho trouxesse as melhorias que já aconteceram em Campos do Jordão, melhorias de serviços, melhoria de algumas edificações. Estamos tentando melhorar as questões de permissões do público em outras áreas. Concessões é um programa robusto ele vale quando faz sentido e demanda contrato desse porte, em outros casos talvez as permissões sejam mais sucedidas, permissões de médio prazo de 6 a 7 anos talvez funcione com a importância na questão de parcerias público privadas para fomento de uso público no ecoturismo e educação ambiental.

Gravação de 01:29:24 a 01:31:54

- **Buckeridge** pergunta se existem pequenos vídeos que possam ser usados para fazer a divulgação. Se já foi feito.

Gravação de 01:31:54 a 01:32:29

- **Fernando** – Quando apresentamos projeto a projeto talvez percamos a noção da evolução do programa, temos muita coisa aprendida de como integrar com outras áreas do governo e de como dialogar com o mercado, como tratar a gratuidade. Se empacotarmos isso e trazer de uma maneira para entender o programa, acredita que o estado de São Paulo tem feito um negócio importante.

Gravação de 01:32:29 a 01:32:52



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DO MEIO AMBIENTE DO
ESTADO DE SÃO PAULO
Conselho Consultivo SIGAP

- **Trani:** Reforça as oportunidades que tivemos no ano passado de fazer essa discussão junto aos estados. A ABEMA que congrega as secretarias dos 27 estados estão todas interessadas. Porque o problema das UCs e a gestão de áreas de uso público é uma enorme dificuldade. Conta que esteve no debate em mostrar o que São Paulo está fazendo, mostramos nossas novidades e o Fernando por conta do SEMEIA mostrando a capacidade de incrementar isso no Brasil inteiro. Sugere à equipe de fazermos pequenos vídeos, a começar por aqueles que já estão implantados e outros que podem envolver uma temática múltipla que é um pouco essa evolução – seria um pequeno vídeo sobre a evolução do processo de concessão aqui em São Paulo para podermos de fato divulgar nas redes.

Gravação de 01:32:52 a 01:34:23

- **Ditt:** Pergunta sobre os encargos da concessionária, sobre a promoção de pesquisa científica, educação ambiental. Gostaria de saber de que forma isso aconteceria e se existe uma estratégia de agenda de pesquisa científica com aquilo que a gestão da unidade considera como prioridade

Gravação de 01:35:00 a 01:35:48

- **Buckeridge:** complementando a pergunta do Ditt – algumas questões como o local, nós podemos ter um posto avançado de observar as mudanças climáticas, podemos ter um lugar na parte de pesquisa científica que seja um acompanhamento de medições contínuas, tanto de elementos da biodiversidade ou a própria medida de CO₂, medida de temperatura que poderia ser contínua da mesma forma as questões dos vírus, doenças transmissíveis por vetores, no caso da Dengue e Zika

Gravação de 01:35:49 a 01:36:58

- **Roberta:** em relação a educação ambiental, no caderno é mais detalhado sobre as possibilidades de ações a serem envolvidas em ações de educação ambiental e até agregando alguns itens que a própria Fundação, o Instituto e a CPP já executam em relação a educação ambiental sobre uso público. O caderno está mais detalhado nessa questão para educação ambiental, resíduos sólidos, água e a questões vinculadas a importância dos parques, como também algumas datas comemorativas em temas que são importantes e a própria questão do museu que tem uma caminhada histórica em relação ao parque. Em relação à pesquisa, o que temos utilizado é o acesso e além do que a supervisão técnica científica pelo próprio Instituto principalmente na área do museu onde acontecem as pesquisas científicas, algumas pesquisas mais vinculadas ao uso público são mais específicas de mais monitoramento, o concessionário tem que manter essa pesquisa e apoiar o Instituto Florestal nesses pesquisas no museu, não temos um detalhamento maior até porque a ideia que ele possa comentar, mas ele não é responsável pós pesquisas, a ideia é que as próprias instituições possam ser parceiras e passem a pesquisar nesse local na área de uso público onde tem menos pesquisa, elas estão mais concentradas nas áreas de preservação principalmente.

Gravação de 01:37:07 a 01:39:16

- **Buckeridge:** Pergunta sobre a pesquisa sobre o uso sustentável da biodiversidade, porque poderiam existir laboratórios como o Carlos Nobre está propondo na Amazônia 4.0 de colocar laboratórios que acabam se transformando em exploração sustentável da biodiversidade, isso pode ajudar as pessoas colocando empresas e, obviamente, pesquisas.

Gravação de 01:39:17 a 01:39:58



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DO MEIO AMBIENTE DO
ESTADO DE SÃO PAULO
Conselho Consultivo SIGAP

- **Roberta:** não há nada sobre isso

- **Trani:** não há especificidade no processo de concessão sobre esse tipo específico. Há sempre possibilidade de que na parceria nós poderíamos utilizar de forma controlada as áreas para iniciativas que venham do poder público ou em associação do poder público. Acredita que caberá as iniciativas de pesquisa do novo Instituto. Muitas delas vão estar nas nossas UCs. O que a Roberta disse especificamente nessa concessão é aquilo que se refere ao museu da madeira, que vai ser revigorado para uma utilização muito maior e as atividades de pesquisas correlatas é que poderão ser fomentadas. Outras ideias são sempre bem vindas, laboratório, uso sustentável da biodiversidade, posto avançado para observação das mudanças climáticas e sempre é possível no âmbito de parcerias que sejam feitas dentro da UC.

Gravação de 01:40:03 à 01:14:27

- **Buckeridge:** tinha pensado nesse papel do novo Instituto

- **Sodré:** Pergunta para Roberta: Um ponto nevrálgico é a questão da qualificação técnica dos grupos empresariais interessados em participar da licitação. Quais os requisitos técnicos? E, se na questão da Serra do Mar se teve muitos participantes naquele processo licitatório ou não, qualificados?

Gravação de 01:41:35 à 01:42:30

- **Roberta:** a qualificação técnica foi um item discutido bastante e pedimos ajuda para o Fernando. Estão tendo projetos em vários locais do estado e projetos de concessão que o mercado está tentando se firmar e ao mesmo tempo temos os operadores tradicionais. O mercado está se desenvolvendo e apareceram atores novos, no caso da Serra do Mar apareceram seis interessados. (som truncado) O desafio nas operações dos parques em todos os estados tem tido problema com as concessões. A questão dos players tem sido um desafio. Temos tentado trazer novos players em relação a todos os programas de concessão como um todo e que sejam qualificados ao mesmo tempo. Na qualificação temos utilizado ainda o número de visitantes em torno de 100.000, são dois parques que têm um número de visitantes considerável. No caso do Caminhos do Mar é um parque que tem que ser muito explorado na questão de visitação, pois hoje ela é muito baixa: em torno de 15 mil usuários. Mantivemos um padrão mais baixo de regras porque a ideia é que se possa desenvolver o uso público naquele parque. Tivemos 2 interessados no Caminhos do Mar.

Gravação de 01:42:31 a 01:47:46

- **Fernando:** Se pensarmos que há quatro anos atrás tínhamos 3 operadores. Um grupo de cuidado de Serra dos Órgãos, do governo federal, e mais 3 parques federais que tinham o grupo Cataratas e o grupo xxxx que faz o passeio de barco no rio Iguaçu. Esse era o mercado de operadores. Temos um mercado que é imaturo e sabemos que na contratação pública de só focar naquela especialidade vamos ter outro tipo de problema. Vamos ser acusados de cerceamento de processo competitivo e provavelmente nem o Tribunal de Contas deixa passar. O que estamos vendo aqui é uma seleção natural de um mercado que está se desenvolvendo. As competências necessárias para a gestão, algumas delas, exigimos da detentora do concessionário, e isso não significa que ela não possa subcontratar outras competentes.

Gravação de 01:47:47 a 01:51:07

- **Márcia Hirota:** Gostou da apresentação, material excelente e um bom plano. Uma preocupação - até que ponto esse plano está inserido numa agenda de governo. As pastas de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DO MEIO AMBIENTE DO
ESTADO DE SÃO PAULO
Conselho Consultivo SIGAP

turismo e educação são extremamente importantes para o sucesso dessa operação. Tem visto trabalho de comunicação e divulgação das secretarias de turismo dos estados da Mata Atlântica que estão completamente desconectados com uma proposta de turismo em parques. Até que ponto podemos fazer com que essa nova operação entre no circuito do turismo paulistano, no turismo paulista e na região metropolitana de São Paulo? e até de um turismo de estrangeiros de pessoas que vem para São Paulo e também poderiam visitar essa área? Queria saber qual a responsabilidade do operador com esse plano de comunicação. Foi falado sobre um filme de divulgação, e acredita que requer um plano de comunicação e mobilização, de engajamento, de trazer a sociedade. Uma preocupação é em qual medida poderíamos fazer com que essa proposta tenha um impacto positivo com uma nova mensagem e com engajamento da sociedade para que realmente ela se aproprie dessas áreas e elas possam usufruir e visitar com muita frequência e principalmente da população que vive no entorno possa se apropriar e tenha esse espaço como espaço de uso.

Gravação de 01:51:40 a 01:54:34

- **Roberta:** Sobre o engajamento, mais em termos de turismo, a Secretaria de Estado de Turismo já é parceira em todos os projetos e estão acompanhando o processo de cada um dos projetos, inclusive é um entendimento do Secretário Penido e do próprio Secretário de Turismo de que nós precisamos, tanto no estado de São Paulo como no exterior, que sejam reconhecidos esses atrativos e as nossas áreas no ecoturismo de São Paulo. Inclusive, os vídeos já falam sobre isso. Em relação ao plano de comunicação, isso foi que a Márcia sugeriu no Caminhos do Mar e já foi colocado. Essa questão de comunicação de engajamento de atores e trazer para uso público, procuramos refletir isso na documentação.

Gravação de 01:54:48 a 01:55:57

- **Trani:** Fez um adendo, e diz que a fala da Márcia é muito importante para nós. Realmente temos uma forte ligação com a Secretaria de Turismo do Estado. Aqui temos um grande trabalho a fazer que é a integração sobretudo com os municípios, não só São Paulo, mas os municípios do entorno, porque os parques têm um reflexo regional. A recomendação da Márcia, devemos anotar como política subsidiária ao processo de concessão e acredita que devem ser melhoradas. Muitas vezes o estado, em seus parques, não conversa direito com os municípios. O plano de comunicação acha que está no escopo, mas o tema da integração do uso dos parques em processos de turismo, ecoturismo e de uso compartilhado com os parceiros locais ainda considera tímido e a recomendação é bem vinda.

Gravação de 01:55:57 a 01:57:22

- **Márcia:** Complementando, as secretarias de educação desses municípios também

Gravação de 01:57:22 a 01:57:37

- **Ítalo:** Acredita que a fala da Ciça e da Márcia e os outros conselheiros são excelentes, mas acredita que seja super importante colocar em prática, porque o grande problema das UCs depois de criadas é fazer toda a implantação, manejo que é demorado e tendo essa situação que é ligada a apresentar as UCs, poder abrir, fazer com que a população participe, que as pessoas vejam que essas áreas são públicas, elas são importantes para conhecer e até mesmo



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DO MEIO AMBIENTE DO
ESTADO DE SÃO PAULO
Conselho Consultivo SIGAP

pelo cinturão de São Paulo, onde se localizam essas duas concessões que vão ser feitas. Alguns erros e acertos que vão sendo consertados no decorrer do tempo do trabalho.

Gravação de 01:57:45 a 01:59:23

- **Joly:** considerou a apresentação excelente as contribuições dos colegas muito pertinentes, mas estamos falando de um parque centenário que mora no coração de todos. Todo cuidado é pouco na discussão de como esse processo vai caminhar. Uma das minhas preocupações é a parte de pesquisa hoje desenvolvida pelo Instituto Florestal e será continuada, seja o formato que isso vier a ter, como a questão dessas concessões e propostas têm sido discutidas no âmbito da própria comunidade de pesquisadores do IF, houve alguma participação, uma discussão, alguma abertura para esse público que vai ser impactado com esse processo, que é um processo benéfico, mas precisa ser conduzido com muito cuidado, porque aquela região é utilizada para a realização de reuniões científicas, workshops quando se precisa de mais um dia de permanência e todos ficam alojados nos alojamento do IF, cria todo um ambiente de trabalho, e as pesquisas do dia a dia os pesquisadores estão lá diariamente. Gostaria de saber um pouco como é a relação desse processo com esse público especial que desenvolve a sua pesquisa lá no IF?

Gravação de 01:59:23 a 02:01:51

- **Roberta:** o Diretor Executivo do IF participou das discussões e apresentações das modelagens, bem como o Fernando, a Natália que é responsável pelo museu. Essa discussão foi envolvida em toda a questão da modelagem. Em relação à questão das audiências temos a previsão de uma audiência específica da comunidade científica em relação ao museu onde está o maior acervo de pesquisa na área de concessão. As principais pesquisas estão vinculadas ao museu, onde vai acontecer uma audiência específica. Esclarece que a hospedaria continua sob responsabilidade do IF e não vai para o âmbito da concessão

Gravação de 02:02:06 a 02:03:49

- **Rodrigo:** A estrutura hoje utilizada pelos pesquisadores continua, e está internalizada dentro do novo instituto de pesquisa que vai ser criado. A área que o Joly citou ela não vai para concessão. A área que vai é a de uso público, que antes estava a cargo da CPP, e também a área de uso público do Cantareira e que também podem receber pesquisas, importante esclarecer isso. A estrutura utilizada pelos pesquisadores não vai para concessão, continua como área integrante desse novo instituto de pesquisa que vai ser criado. As pesquisas podem ser realizadas normalmente na área, ainda que seja área de objeto de concessão que estritamente aquela voltada ao uso público

Gravação de 02:03:49 a 02:05:57

- **Alex:** Parabeniza a Roberta pela proposta apresentada, extremamente abrangente e cuidadosa, e fica o desafio tanto para a concessionária quanto para as concedentes de implantar esse contrato na íntegra. Duas questões: a questão mais macro é que entende a operação em UCs tem que se basear num manejo adaptativo, exemplo é que nos últimos 4 anos nesses 2 parques, as atividades de uso público foram interrompidas em 2 ocasiões. A primeira na emergência da febre amarela e a segunda agora com a pandemia da COVID 19. Pergunta se o contrato é dar conta desse tipo de intervenção que possa ser necessária e, o segundo ponto é do monitoramento ambiental. O ideal seria que o monitoramento ambiental fosse feito por um terceiro, nem a concessionária nem a concedente. Por questões de transparência e de ter mais confiança nos dados, a concessionária deveria sim arcar com os custos, talvez usar o modelo da câmara de compensação ambiental para fazer um contrato de terceiro ente para fazer o



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DO MEIO AMBIENTE DO
ESTADO DE SÃO PAULO
Conselho Consultivo SIGAP

monitoramento, e o teria que começar o quanto antes para se ter um dado de base antes da intervenção, definir área e controle inclusive. Temos várias pesquisas em andamento nesses dois parques inclusive com a SUCEN. Foi graças a esse monitoramento feito pela parceria entre IF e SUCEN que evitamos uma tragédia no caso da febre amarela. Alex monitora as aves há 15 anos e também temos pesquisa junto com o pessoal do IBt sobre o controle de espécies exóticas dos parques. Entende que o apoio às pesquisas deve continuar com o novo instituto de pesquisas. A Cantareira é um dos parques que mais tem projetos de pesquisas dentro do SIEFLOR. Outra questão é a menção ao Instituto Florestal. Acredito que deverá ser substituído no texto por SIMA ou por áreas de pesquisa da SIMA, quando for pertinente. Necessário também substituir a menção à Comissão Técnico Científica do IF por órgão gestor na pesquisa na SIMA. Outro ponto no caderno de encargos é a questão de abertura dos portões passara a ser as 08h00 porque hoje abrem as 06h00. Isto porque tem muita atividade física de idosos, que caminham. Seria interessante ver a possibilidade de manter o horário no PEAL, e no caso da Cantareira já existe um horário especial para observadores de aves que é bem cedinho, e essa é uma atividade em franca expansão no Brasil que atrai muitos turistas estrangeiros, que seria uma fonte importante de recursos para a concessionária. No caso de atividades aquáticas a questão do pedalinho, principalmente o lago principal do Horto, há um ninhal espetacular no lago principal do horto, com quatro espécies de garças. Entende que o principal atrativo do lago teria que ser a fauna aquática e não passeio de pedalinho que dá para fazer em outros lugares que não UC. Outro ponto é a questão do controle de pragas com agentes químicos e aí estão incluídos os morcegos. A primeira coisa é definir o que é uma praga numa UC Integral. Existem animais que vão se abrigar e o receio é de impactar esses animais sem necessidade. Aí teríamos que definir quais medidas de prevenção e controle seriam aceitas nos próprios, e isso também vale para o controle das chamadas ervas daninhas no paisagismo, definir e tomar cuidado com uso de agentes químicos. Na proposta verificamos 2 vetores potenciais, as espécies exóticas no interior das Unidades, com a própria questão do paisagismo, um controle mais efetivo das concedentes, projetos de paisagismo e talvez retirar as espécies exóticas que já estão no paisagismo das Unidades como por exemplo a palmeira leque e o outro problema seria a feira com produtos e produtores locais, que seria outro vetor de espécie exóticas invasoras, acredita que não seria cabível dentro das UC de Proteção Integral

Gravação de 02:05:57 a 02:13:11

- **Roberta:** em relação ao monitoramento de um verificador independente a gestão contratual, que é o próprio acompanhamento do contrato tanto pela SIMA que é a figura concedente e como pela instituição responsável, nesse caso a Fundação Florestal e o CPP, que têm sido os gestores atualmente, o acompanhamento e monitoramento se dá nessas três instâncias dessa questão da concessão. O concessionário tem que fazer o plano de monitoramento do parque da visitação e além disso, podemos fazer em nome da gestão contratual os controles e estudos específicos. Para esclarecer na documentação toda, tratamos de IF de uma maneira geral, no momento um nome padrão chamado Instituto. Em relação aos observadores de aves vamos olhar melhor a questão da abertura dos portões, em horários específicos. Em relação aos pedalinhos seria no lago que hoje está totalmente assoreado. Com relação aos controles de pragas e ervas daninhas vamos dar uma revisada no edital e ver como podemos trabalhar essa questão e também tem uso público que são duas atividades. Vamos revisar para readequar ou não em relação a esses itens. Com relação ao manejo da fauna, com a sugestão da Natália, de tratar especificamente a questão de fauna e protocolos em relação a fauna na área de uso público já foi inserido na parte de conservação, e agora é uma questão específica de protocolo.

Gravação de 02:13:20 a 02:17:24



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DO MEIO AMBIENTE DO
ESTADO DE SÃO PAULO
Conselho Consultivo SIGAP

- **Trani:** Muitas das sugestões do Alex serão muito bem vindas nesse processo final em que estamos montando os editais. Faço um link com a preocupação do Joly. Importante essas considerações para que não haja descontinuidade de práticas que fazemos e temos que encontrar um meio caminho. Haverá sempre uma atuação conjunta que está prevista no edital do órgão de pesquisa do instituto em relação aquele parque.

Gravação de 02:17:24 a 02:19:14

- **Buckeridge:** Todo esse plano de concessão exerce uma pressão antrópica sobre a área, e isso vai ter que ser pensado e controlado e está embutido em várias as falas. É importante ter um processo de resiliência dentro do sistema para evitar que tenhamos problemas e que as ações tirem a característica da área de conservação.

Gravação de 02:19:14 a 02:19:52

- **Adriano:** Dentro da lógica que o Buckeridge e o Alex colocaram, o Horto Florestal na época da febre amarela teve um papel fundamental no entendimento da dispersão do vírus, justamente porque ele detectava a morte dos animais de uma forma muito precoce, mais ou menos com dois meses de antecedência. Isto foi fundamental para evitar uma tragédia na zona norte de São Paulo, e seria muito importante que de alguma forma a operadora mantivesse esse serviço de vigilância de eventos de morte de animais dentro do parque, porque é mais fácil ser visualizado nas áreas de uso, seria um monitoramento constante de eventos de morte de animais. Eventualmente, a atividade do parque pode ser encerrada de forma abrupta por motivos sanitários, como já aconteceu.

Gravação de 02:19:57 a 01:21:30

- **Roberta:** Tem um item específico da questão do monitoramento dos animais em área de uso público. Fizemos uma redação específica sobre isso. A questão de fechamento dos parques em questões sanitárias está tratada no contrato na parte de riscos

Gravação de 02:22:10 a 02:22:44

- **Kitty:** Várias questões que tinha levantado já foram mencionadas pelas pessoas que me antecederam. Tenho algumas contribuições para aprimorar o documento e o Conselho inclui na recomendação. Com relação a questão tarifária, há dois bairros Vila Nova Cachoeirinha e Brasilândia que usam muito esses parques e ficaram de fora. Podia-se pensar um pouco melhor essa questão de isenção para pessoas da Zona Norte que não estão restritas ao raio de 2 km. Outro ponto é a questão de liberar a entrada para o museu de estudantes universitários, porque está liberada para pesquisador, pós-graduandos que façam pesquisas talvez pudessem ser beneficiados com uma isenção. Com relação a água, não ficou claro sobre se o monitoramento é para uso humano da água ou se estão pensando num ambiente aquático para a biodiversidade. Se o monitoramento vai ser pelo IVA – Índice de Vida Aquática - que a Cetesb usa, este é um ponto que poderia ficar mais claro. A relação dos quirópteros como praga, é um ponto importante e poderia dar uma aprimorado no documento com relação às pragas. Com relação as exóticas têm um ponto que fala que o paisagismo deve priorizar a vegetação similar à da região. Poderia ser mais claro, dizendo que proíbe as exóticas dentro de uma UCPI. Uma questão mais genérica para o Conselho avaliar, como o Pieroni sugeriu, é que, como a concessão está prevista para 30 anos, é muito provável que os planos de manejo tenham que ser revistos nesse período. A pergunta é que se não teria que se prever algo na revisão do plano de manejo sobre como fica a concessão se tiver alguma alteração por exemplo área de uso público.

Gravação de 02:22:45 a 02:26:09



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DO MEIO AMBIENTE DO
ESTADO DE SÃO PAULO
Conselho Consultivo SIGAP

- **Roberta:** Em relação ao plano de manejo isso é tratado na lotação de riscos, a concedente tem todo o direito de rever seus planos de manejo inerente à gestão de um parque. Esses impactos têm que ser redimensionados se houver prejuízo econômico. Tudo isto vai fazer parte da revisão contratual a cada 5 anos como previsto no contrato. Em relação ao paisagismo, este prevê exóticas e pragas. Vamos revisitar essa documentação para poder avaliar, retirar ou talvez deixar mais claro. Em relação ao monitoramento também vamos revisitar para ter essa dimensão mais clara se é vinculada ao uso público, à preservação, e à conservação dessas áreas. Em relação aos universitários, o que foi proposto no próprio caderno de ingressos, e que está como política tarifária, tem esse acesso dos visitantes universitários não só de ensino médio. Isto porque é o que foi indicado pelo Instituto porque é quem acaba tendo o relacionamento principal. Inclusive, há uma previsão de que o Instituto tem um número de ingressos específicos para o pessoal de baixa renda, isenção ou a meia entrada, que eles já têm alguns programas no âmbito do museu. Em relação a restringir os 2 km, foi utilizado o padrão da Fundação Florestal, que atua assim em todas as áreas próximas aos parques. Mas vamos olhar melhor a questão dos dois bairros que foram mencionados.

Gravação de 02:26:22 a 02:29:35

- **Trani:** Comentários a respeito da a proposta de inclusão na pauta da demanda trazida pelo Ítalo sobre a invasão no Mosaico da Juréia, que desde primeira informação no grupo do SIGAP e respondeu rapidamente de que as iniciativas estavam sendo feitas diretamente pelo Secretário Marcos Penido e várias iniciativas globais foram tomadas junto as autoridades, militares, ambientais, etc.

Na sequência agradece ao pessoal envolvido no projeto de concessões, Roberta, e informa que será feito um relatório circunstanciado com as sugestões feitas pelos Conselheiros e que posteriormente será enviado para conhecimento de todos, e cumprimenta pelo alto nível das discussões.

Gravação de 02:30:00 a 02:42:02

- **Rodrigo:** Dois pontos a destacar: 1º não é um território indígena. Prelado não tem uma ocupação tradicional indígena, tem uma terra indígena bem importante perto da cidade de Iguape, e foi uma questão de grilagem na terra indígena e também houve uma briga, que não sabemos ao certo como se deu. Cerca de 13 famílias, mas nem sempre tem 13 famílias lá, e os ocupantes ficam um pouco nesse acampamento, não há uma certeza, estamos monitorando todos os dias e o número de famílias não está crescendo. A Polícia Ambiental está atuando no território. A orientação é para que não se deixe adensar mais. Há um processo de mediação intenso e a FF está conversando também com o Tribunal Regional Federal para que nos ajude numa mediação pré-processual. Também estamos conversando muito com a FUNAI. Já tivemos uma informação técnica bastante consistente que já foi encaminhada para PGE (Procuradoria Geral do Estado) e a procuradora Dra. Jessica já está minutando uma ação judicial. Agora, a preocupação é entrar numa ação de consenso com essas pessoas que estão irregularmente no parque e impedir que o adensamento se dê. O principal motivo de preocupação é que ao contrário de outros estados e em outras situações no Brasil é que os indígenas são pressionados e não têm território adequado para exercer o seu modo de vida. Este não é o caso do Prelado, temos uma terra indígena bastante grande a menos de 20 km da área com todas as condições para que o modo tradicional de vida seja exercido e para que não tenhamos essa importante UCI com outros usos. Entendemos que em outras situações, em que os indígenas são pressionados, eles se valem de áreas florestadas para conseguir viver. Mas este não é o caso do Vale do Ribeira. Lá temos grandes terras indígenas demarcadas. Então, há a preocupação e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DO MEIO AMBIENTE DO
ESTADO DE SÃO PAULO
Conselho Consultivo SIGAP

lembrarmos que o ser humano sempre causa impacto. Podemos dizer que alguns caciques estão ajudando, mas assumem a postura de defender os seus. Porém, há essa realidade do Vale do Ribeira, onde temos terras demarcadas indígenas suficientes para abrigar essa população e seria uma coisa importante de ser observada por essas pessoas que ocuparam irregularmente o Prelado. Quando se trata de comunidade indígena, a justiça é federal, diferente de povos e comunidades tradicionais que, ai sim, é competência da justiça estadual. No caso de ajuizamento de pelo Ministério Público Federal de qualquer tipo de ação de forma inaugural, a competência se desloca para a justiça federal. Esperamos chegar a um bom termo de forma consensual de forma que não precise se valer de uma ação judicial, estamos preocupados com essa grilagem de terras. Vamos fazer uma visita para saber o que está acontecendo e ajudarmos como pudermos.

Gravação de 02:42:03 a 02:48:02

- **Trani:** Agradece a todos e dá por encerrada a reunião